

SÍFILIS NO BRASIL COLONIAL: INTERSECCIONALIDADE, PRÁTICAS MÉDICAS E HIERARQUIAS SOCIAIS



<https://doi.org/10.22533/at.ed.890142507057>

Data de submissão: 21/05/2025

Data de aceite: 26/05/2025

Paulina Almeida Rodrigues

Graduanda em Enfermagem pela
Universidade Federal do Maranhão -
UFMA.

<http://lattes.cnpq.br/3811305062100644>

Raphaela Castilho Santos Meira

Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar
em Saúde pela Universidade Federal da
Bahia - UFBA
Salvador - Bahia

<http://lattes.cnpq.br/1154126142461015>

Kauany Marley de Souza Leal

Graduando do Bacharelado Interdisciplinar
em Saúde pela Universidade Federal da
Bahia - UFBA
Salvador- Bahia

<http://lattes.cnpq.br/8308142969120612>

João Antonio Dotta

Graduando em Medicina pela
Universidade Municipal de São Caetano
do Sul - USCS

<http://lattes.cnpq.br/2916935482932098>

Wedja Carla do Carmo

UNCISAL (Universidade Estadual de
Ciências de Saúde de Alagoas)

<https://lattes.cnpq.br/8162966765807382>

Nayanna Carneiro Doudement

Universidade Federal do Maranhão –
UFMA

<http://lattes.cnpq.br/6056039595040642>

Emival Rodrigues Carneiro

Universidade Federal do Maranhão -
UFMA

Ayumi Miura Fialho da Silva

Centro universitário metropolitano da
Amazônia
Belém / PA

Larissa Simal Alves Cavalcante

União das Faculdades dos Grandes Lagos
(UNILAGO).

São José do Rio Preto.

<http://lattes.cnpq.br/2580319491849452>

Gabriela Gomes da Silva

Mestranda em Saúde da Criança e do
adolescente pela Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE). Recife - PE.

<http://lattes.cnpq.br/3462555527576189>

RESUMO: O estudo analisa a “sífilização” no Brasil colonial, com ênfase na intersecção entre raça e gênero. Busca-se compreender de que modo a sífilis impactou, de forma desigual, populações negras, indígenas e mulheres. Os resultados evidenciam que as dinâmicas sociais vigentes no período colonial moldaram profundamente a experiência da sífilis, revelando disparidades significativas no diagnóstico, no tratamento e na estigmatização da doença. Mulheres e grupos racializados foram desproporcionalmente afetados, não apenas em termos clínicos, mas também em relação ao julgamento moral e às consequências sociais associadas à infecção. As práticas terapêuticas, pautadas em conhecimentos médicos ainda incipientes, eram fortemente influenciadas pelas normas e valores da época, reproduzindo e reforçando desigualdades estruturais. A compreensão dessas interseccionalidades entre raça, gênero, classe e saúde revela-se fundamental para a construção de uma abordagem mais inclusiva e crítica da história social e médica do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Sífilis; Estigmatização social; Desigualdade de Gênero.

SYPHILIS IN COLONIAL BRAZIL: INTERSECTIONALITY, MEDICAL PRACTICES, AND SOCIAL HIERARCHIES

ABSTRACT: The study examines the “syphilization” in colonial Brazil, focusing on the intersection between race and gender. It seeks to understand how syphilis unequally impacted Black, Indigenous, and female populations. The results demonstrate that the prevailing social dynamics of the colonial period profoundly shaped the experience of syphilis, revealing significant disparities in diagnosis, treatment, and the stigmatization of the disease. Women and racialized groups were disproportionately affected, not only in clinical terms but also regarding moral judgment and the social consequences associated with infection. Therapeutic practices, based on still-incipient medical knowledge, were heavily influenced by the norms and values of the time, reproducing and reinforcing structural inequalities. Understanding these intersections between race, gender, class, and health proves essential for constructing a more inclusive and critical approach to Brazil’s social and medical history.

KEYWORDS: Syphilis; Social Stigmatization; Gender Inequality.

INTRODUÇÃO

A sífilis, Infecção Sexualmente Transmissível (IST), é causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Sua característica de transmissão predominantemente sexual apresenta implicações relevantes na propagação da infecção e em seu impacto social ao longo da história brasileira (Alvella; Bottino, 2006).

O termo “sífilização”, cunhado no campo sociológico, refere-se ao processo histórico de disseminação da sífilis no Brasil, desde o período colonial até o início do século XX. Registros históricos indicam que a doença foi introduzida no país por colonizadores portugueses no século XVI, disseminando-se rapidamente em decorrência de fatores como promiscuidade, precariedade das condições sanitárias e ausência de tratamentos eficazes. Observou-se, à época, maior prevalência da sífilis entre populações negras, indígenas e mulheres, evidenciando a relevância das questões raciais e de gênero no contexto de sua disseminação (Freyre, 2019).

A justificativa deste estudo fundamenta-se na adoção de uma abordagem interseccional, com foco nas dimensões de raça e gênero, a fim de compreender como normas sociais, expectativas de gênero e estruturas de poder influenciaram de maneira singular a experiência de mulheres negras afetadas pela sífilis. Essa perspectiva parte do pressuposto de que identidades e vivências individuais são moldadas por interações dinâmicas entre múltiplos fatores, incluindo raça, gênero e condição socioeconômica (Crenshaw, 2017).

Diante desse panorama, o objetivo deste estudo é analisar o processo de “sífilização” no Brasil colonial, com ênfase nas práticas sexuais e nas condições socioeconômicas que contribuíram para a propagação da doença.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza descritivo-exploratória, cujo objetivo consistiu em analisar a produção acadêmica referente à sífilis no contexto histórico brasileiro. As buscas foram realizadas nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Web of Science. O recorte temporal abrangeu o período de 2000 a 2023, contemplando publicações disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão englobaram estudos que abordassem, direta ou indiretamente, três eixos temáticos: a trajetória histórica da sífilis no Brasil, com ênfase no período colonial; os impactos sociais, raciais e de gênero associados à doença; e as políticas públicas e práticas médicas voltadas ao controle e enfrentamento da infecção. Foram excluídas as publicações duplicadas, os estudos não submetidos à revisão por pares, bem como aqueles cujo escopo temporal ou geográfico não atendesse aos critérios previamente estabelecidos.

A análise dos dados foi orientada pela técnica de análise de conteúdo categorial, conforme proposta por Bardin (2011). O processo analítico foi estruturado em três etapas: (1) pré-análise, com leitura flutuante e organização do corpus documental; (2) exploração do material, por meio da codificação e categorização temática, com destaque para núcleos de sentido como “estigma social”, “tratamentos históricos” e “desigualdades raciais”; e (3) interpretação dos dados, realizada por meio da triangulação das informações e da articulação com referenciais teóricos oriundos da história da medicina e das ciências sociais contemporâneas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos papéis de gênero no Brasil Colonial (1500–1822) revela uma complexidade intrínseca, moldada por dinâmicas sociais, culturais e econômicas que contribuíram significativamente para a constituição de identidades de gênero distintas

(Schwartz, 1999). Durante esse período, a estrutura patriarcal, fortemente influenciada pela tradição portuguesa, definiu, de forma determinante, os lugares socialmente atribuídos a homens e mulheres (Souza; Baldwin; Rosa, 2000). Segundo Badinter (1980), as mulheres eram comumente relegadas ao espaço doméstico, sob a justificativa de uma suposta “natureza” feminina voltada ao cuidado e à família, enquanto os homens, socialmente investidos das funções de provedores e protetores, ocupavam predominantemente a esfera pública. Curi (2021) acrescenta que, no imaginário social da época, o valor da mulher estava, sobretudo, vinculado ao seu papel como esposa e à glória atribuída aos homens a quem estavam subordinadas.

A influência da Igreja Católica constituiu outro elemento central na definição dos papéis de gênero, ao impor padrões morais e expectativas comportamentais, sobre especialmente as mulheres, associadas à virtude, à castidade e à submissão (Baseggio; Silva, 2015). Somam-se a esse contexto a mestiçagem e a escravização, que introduziram novas camadas de complexidade às dinâmicas de gênero, com mulheres indígenas e africanas submetidas a formas específicas de violência, exploração e opressão, evidenciando as intersecções entre raça, gênero e classe social na sociedade colonial (Rocha, 2017).

As representações de gênero, permeadas por relações assimétricas de poder, influenciaram diretamente a percepção e a disseminação da sífilis no período colonial. As práticas sexuais, reguladas por normas morais rígidas, frequentemente entravam em contradição com a realidade vivida, sobretudo entre as camadas populares e os grupos escravizados, nos quais práticas mais permissivas coexistiam com o discurso normativo (Baseggio; Silva, 2015). A experiência da sífilis entre homens e mulheres também era atravessada por assimetrias de gênero: enquanto comportamentos sexuais promíscuos entre homens eram, frequentemente, tolerados, as mulheres diagnosticadas eram submetidas a julgamentos morais severos (Freyre, 2019).

Silva (2020) destaca que as condições socioeconômicas e as desigualdades raciais da época criaram um cenário propício à disseminação da sífilis, afetando desproporcionalmente os grupos socialmente marginalizados, como os indígenas e os escravizados. Tais desigualdades refletiam-se tanto na forma como a doença era percebida quanto no acesso ao tratamento, perpetuando estigmas sustentados por estruturas de poder excludentes. O diagnóstico e o tratamento da sífilis no Brasil Colonial enfrentavam limitações impostas pelo escasso conhecimento científico da época. A identificação da enfermidade baseava-se em manifestações visíveis, como lesões cutâneas, sem compreensão clara de sua etiologia e dos mecanismos de transmissão (Ribeiro *et al.*, 2019).

Os tratamentos disponíveis eram rudimentares e, muitas vezes, perigosos, com destaque para o uso do mercúrio, amplamente empregado, apesar de sua toxicidade. As formas de tratamento também estavam marcadas por desigualdades de gênero e raça. As mulheres, em especial, enfrentavam maior estigmatização e, com frequência, eram submetidas a intervenções mais invasivas, revelando a influência dos padrões morais e da normatividade de gênero na condução terapêutica (Griebeler, 2009).

Entre os militares, a sífilis era concebida como uma ameaça à força de trabalho, o que motivava a emissão de recomendações destinadas a restringir o contato com prostitutas, socialmente identificadas como principais vetores da infecção. Tal orientação reflete as tentativas de controle moral e disciplinar da sexualidade, mesmo diante do conhecimento limitado acerca da doença e de seus modos de prevenção (Freyre, 2019).

As mulheres diagnosticadas com sífilis eram alvo de intensa reprovação social, submetidas a escrutínio moral, isolamento e vergonha. Quando disponíveis, os tratamentos que lhes eram oferecidos tendiam a ser mais invasivos, reproduzindo os valores patriarcais e as expectativas sociais em torno do comportamento feminino (Griebeler, 2009). No caso das mulheres escravizadas, a experiência era ainda mais severa: além da negligência quanto ao tratamento, essas mulheres frequentemente sofriam abusos físicos, psicológicos e sexuais. A condição de escravização agravava sobremaneira o impacto da doença, evidenciando como a interseccionalidade entre raça, gênero e status social determinava o acesso à saúde e o modo como a sífilis era vivenciada no Brasil Colonial (Freyre, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desses elementos permite compreender a interconexão entre práticas sexuais, tabus culturais, desigualdades socioeconômicas e as interseccionalidades de raça e gênero na experiência da sífilis durante o período colonial. Compreender essas dinâmicas é essencial não apenas para reconstruir a história da sífilis no Brasil, mas também para elucidar as estruturas sociais e culturais que historicamente moldaram e, em certa medida, ainda moldam os discursos, as práticas de saúde e os marcadores sociais da diferença.

REFERÊNCIAS

- AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais brasileiros de dermatologia**, v. 81, p. 111-126, 2006.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor Materno**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e atual. Lisboa: Edições, v. 70, 2009.
- BASEGGIO, Julia Knapp; DA SILVA, Lisa Fernanda Meyer. AS CONDIÇÕES FEMININAS NO BRASIL COLONIAL. **Maiêutica - História**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1379. Acesso em: 15 maio. 2025.
- CRENSHAW, Kimberlé. **On intersectionality: essential writings**. New York: The New Press, 2022. Disponível em: <https://scholarship.law.columbia.edu/books/255/>. Acesso em: 16 maio 2025.
- CURI, C. G. **A feminilidade moderna no processo educacional de meninas e mulheres no Brasil oitocentista**. ANPUH-Brasil - 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro-RJ. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

GRIEBELER, Ana Paula Dhein. **A concepção social da sífilis no Brasil : uma releitura sobre o surgimento e a atualidade**. 2009. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Saúde Pública, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, Bruna Vanessa Dantas et al. Um século de sífilis no Brasil: deslocamentos e aproximações das campanhas de saúde de 1920 e 2018/2019. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 113-158, jul. 2021.

ROCHA, Carolina. As noivas de Satã: bruxaria, misoginia e demonização no Brasil colonial. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 6, n. 11, p. 68-79, 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 129-153, 1999.

SILVA, Regina Alexandre *et al.* Breve histórico da sífilis e evolução do diagnóstico laboratorial no período de 2005 a 2016. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, [S.L.], v. 79, p. 1-18, 30 dez. 2020.

SOUZA, Eros de; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 13, p. 485-496, 2000.